

Vestígios De Censura Na Atuação do Jornal *O Momento* Durante O Estado Novo¹

Tiago Lopes de SOUSA²

Ana Regina RÊGO³

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI

Resumo

Neste presente artigo pretende-se através da pesquisa histórica e bibliográfica e análise do jornal *O Momento* (1937), identificar as temáticas proibidas de visibilidade no cenário jornalístico do Piauí, assim como, rastros de um modo de falar que desse conta do que era proibido. Cabe também ressaltar como a institucionalização da censura durante o Estado Novo a partir da ação do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda e de suas ramificações nos estados com os DEIP - Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, pautavam os meios de comunicação da época.

Palavras-chave: estado novo; censura; o momento; vargas

INTRODUÇÃO

De acordo com Paul Veyne, qualquer coisa pode servir como objeto de estudo para o historiador. Porém, este, deve identificar uma característica importante em sua busca pelos fatos: o “ter acontecido”. “O campo da história é, pois, inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo o que nele se inclua tenha, realmente, acontecido” (VEYNE, 1998, pg. 5)

O presente artigo tem como objetivo identificar os silêncios impostos a nossa memória durante o Estado Novo no Piauí. Para isso, têm-se os jornais como importantes objetos para o resgate da memória coletiva de uma sociedade, pois percebeu-se que nessa época o Estado utilizava a censura à imprensa a fim de manipular a memória coletiva. Le Goff, diz que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos, pois trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 2003, p.470-471)

¹Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social Hab Jornalismo da UFPI. Bolsista ICV /UFPI. Membro do NUJOC-Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação/UFPI.email: sousa.tiagolopes@gmail.com

³Jornalista. Mestre em Comunicação e Cultura ECO-UFRJ. Doutora em Comunicação UESP-UAB-BARCELONA. Coordenadora do NUJOC - Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação - DCS-CCE-UFPI. Professora do Curso de Jornalismo da UFPI e coordenadora do PPGCOM-PI. Orientadora do Trabalho, email: ana.rani@uol.com.br

No ano de 1937, Vargas, com ideais fascistas e anticomunistas, aplica o golpe de Estado, assumindo pela primeira vez a presidência do país. Nesse período, Getúlio Vargas prologa seu mandato por 8 anos, época conhecida como Estado Novo. Nesse período, o Brasil passa por uma série de transformações, como maior intervenção estatal; a criação da Constituição de 1937, com objetivo de garantir as medidas do novo regime; suspensão das liberdades individuais etc. Assim, já se percebe a concentração do poder centralizado no chefe de Estado.

O Piauí passou por um momento de poucas atuações no jornalismo, principalmente devido a perseguição do DEIP nos meios de comunicação na época. Foi marcado por um período com uma lacuna na nossa memória, já que poucos jornais se arriscavam a aparecer, e quando acontecia, não duravam muito tempo. As informações que corriam pelas cidades eram mais boca a boca do que através dos meios de comunicação.

Inicialmente, será feito um apanhado teórico e histórico acerca do período estudado, além de apresentar os resultados obtidos na pesquisa. Primeiramente, para compreender o Estado Novo, é necessário conhecer o período anterior a esse, logo será apresentado o início da Era Vargas, que começou com o Golpe de 30. Assim, chegamos à segunda parte da abordagem histórica, a respeito do Estado Novo no Brasil e no Piauí. Por fim, a atuação do DIP e do DEIP, principalmente fazendo um resgate dos jornais que atuaram no período pesquisado.

1 O GOLPE DE 30

Francisco Alcides do Nascimento (2002, p. 31) afirma que “o movimento de 30 adquire, no discurso oficial, caráter de movimento de libertação do país da ‘malfadada’ experiência liberal da Primeira República”. Dessa forma, o início da Era Vargas objetivava enfraquecer as oligarquias locais, principalmente com as criações das interventorias estaduais, concedida aos aliados militares de Vargas. Contudo, consolidou-se um conflito político entre os tenentes interventores e as velhas oligarquias, especialmente a paulista, que reivindicavam a autonomia política e o fim do governo de Vargas, o que gerou a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Devido a essa tensão, Getúlio Vargas atende algumas demandas da elite paulista e realiza eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Portanto, percebe-se que

desde a Revolução de 1930, havia indícios da implantação do regime estado-novista. Pode-se citar que as políticas de favorecimento econômico ofertadas aos cafeicultores paulistas, o fortalecimento do poder executivo através da Constituição de 1934, que teve seu anteprojeto elaborado por uma comissão reativada por Vargas no Governo Provisório, a implantação de Leis Trabalhistas, o fortalecimento de organizações sindicais e o uso da imagem negativa dos comunistas fizeram com que o presidente garantisse popularidade e propiciaram a diminuição dos obstáculos para que ele continuasse no Governo. (NASCIMENTO *apud* OLIVEIRA, 2013, p.15)

Em razão e com o apoio da maioria da ANC, Vargas garantiu seu segundo mandato como presidente do país entre 1934 e 1937, período que ficou conhecido como Governo Constitucional. Nesse processo, surgem então dois grandes movimentos políticos: a Ação Integralista Brasileira (AIB), um grupo de extrema direita, que defendia a centralização do poder, o controle máximo da economia pelo Estado e perseguição dos movimentos comunistas; e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha ideais comunistas. Para Nascimento (2002, p. 31;32), em 1935, a ANL executou uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, contudo todas as tentativas do grupo comunista foram falhas e facilmente controladas pelo governo. Vargas encontrou, até então, a oportunidade para declarar estado de sítio e acabar com a Constituição de 1934, que devolvia as elites da República Velha alguns privilégios e que poderia proporcionar o retorno das práticas políticas dessas oligarquias.

Assim, em 1937, Vargas ampliou seus poderes, perseguiu opositores e utilizou o Plano Cohen – documento que continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas – como álibi para a implantação do Estado Novo. “O comunismo era considerado um grande mal e foi divulgado como um possível responsável pela desestabilização da sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p.16).

2 O ESTADO NOVO NO BRASIL E NO PIAUÍ

O período conhecido como Estado Novo se iniciou no ano de 1937 e terminou em 1945. Antes do fim do Governo Constitucional, Vargas dissolveu o congresso, instaurou a Constituição de 1937, e em maio de 1938, antes de seu mandato acabar, continuou de forma autoritária como chefe de Estado.

De acordo com Moura e Rêgo (2012), o Estado Novo carregava muitas características do fascismo europeu, com o nacionalismo, a liderança carismática, o uso da propaganda ideológica e alguns aspectos totalitários. A Constituição de 1937 deixava clara a autonomia e centralização das ações na mão do Poder Executivo.

A Constituição Brasileira de 1937, criada sob a alegação da necessidade de ordem e proteção da nação, foi inspirada nas constituições fascista da Itália e da Polônia. Tinha como característica a centralização política, visando o fortalecimento do poder do presidente, a extinção do poder legislativo, do qual as funções seriam exercidas pelo poder executivo, a indicação dos governadores dos estados pelo presidente e a legislação trabalhista (MOURA; RÊGO, 2012, p. 58).

Thamyres Sousa de Oliveira (2013) explica que nessa Constituição havia medidas como

o desaparecimento da Federação e da autonomia estadual e municipal, a interferência no poder legislativo com o direito do Chefe de Estado de legislar por decretos, a suspensão de liberdades individuais, a aprovação da Constituição por plebiscito, que jamais houve, e o estabelecimento de censura prévia a áreas como a imprensa, teatro, cinematógrafo e radiodifusão, alegando sempre ser uma tentativa de preservar a moralidade pública e os bons costumes. (OLIVEIRA, 2013, p.16)

O Estado Novo tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do país, de tal modo a promover processo de transição da economia basicamente agroexportadora para um modelo industrial, com a tentativa de inserir o Brasil no cenário das nações mais desenvolvidas. Relacionado ao desenvolvimento social, através de seu governo populista, havia diálogo direto entre o Estado e a classe trabalhadora, que objetiva transmitir a imagem de um estadista que sabia identificar os anseios da sociedade.

Oliveira (2013) explica que a intervenção estatal foi uma das principais políticas realizadas por Vargas durante o Estado Novo, que incentivou o desenvolvimento de indústrias, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), institutos de pesquisas, como a Companhia do Vale do Rio Doce criada em 1942, e a diversificação da produção, como o algodão, por exemplo. Garcia (*apud* OLIVEIRA, 2013, p.17) afirma que

houve o estímulo da produção interna em detrimento da importação. Buscou-se reduzir a dependência econômica, evitou-se realizar transferências para o exterior e investiu-se na diversificação da produção, evitando o mesmo incidente que aconteceu com a superprodução do café.

Conforme Moura e Rêgo (2012), apesar do regime totalitário de Vargas ter características semelhantes as do fascismo europeu, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o posicionamento do presidente causou uma desestabilização a legitimidade da política do Estado Novo, já que o mesmo declarou apoio aos Estados Unidos.

No ano de 1942, Vargas recebe a ajuda americana para a construção da Usina de Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, fator decisivo para declarar apoio aos EUA e declara guerra ao Eixo. (MOURA;RÊGO, 2012, p. 59)

Porém Nascimento (*apud* OLIVEIRA, 2013, p. 20) caracteriza que “havia uma espécie de preparação para a sociedade em si e para que os interventores passassem uma boa imagem do período em questão, criticassem as outras formas de Governo e caracterizassem o autoritarismo como positivo.” Percebe-se que um dos objetivos do Estado autoritário era transmitir a “boa imagem” do país, para isso era necessário controlar e transformar a comunicação em uma proteção da política de segurança nacional, pois os meios de comunicação “assumem o posto de instrumentos estratégicos para a manutenção da coesão social, língua pátria e identidade nacional.” (GÖRGEN, 2008, p.5).

O Piauí aderiu ao regime de Estado Novo sem resistência. Leônidas de Castro Melo foi nomeado ao cargo de interventor, no qual já operava desde 1935 como Governador do Estado.

Economicamente, o estado se mantinha através da cera de carnaúba e da borracha de maniçoba. A primeira, segundo Tavares (2000, p.51), proporcionou a realização de investimentos na educação, infraestrutura e saúde, como a conclusão do edifício do Liceu Piauiense, a construção da ponte metálica, a abertura de rodovias pelo Estado, a construção do Hospital Getúlio Vargas. A borracha de maniçoba, por sua vez, produto cuja extração era incentivada e era visto pelo Estado como um grande empreendimento, uma vez que havia a necessidade do produto para a preparação de artefatos que seriam utilizados na Segunda Guerra Mundial.

Nascimento (2002) observa que o progresso de modernização da capital Teresina se deu, assim como em todo o país durante o Estado Novo, de forma autoritária. Com a efetivação de uma política que não pretendia ser identificada com o passado, e que tinha como objetivo o progresso econômico e social, era imprescindível que houvesse um processo de modernização na cidade. No início do século XX, Teresina não representava a modernidade, pois era notável, segundo Queiroz (*apud* NASCIMENTO, 2002, p. 120), a “ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone etc”. Ou seja, a cidade ainda carregava características de uma sociedade rural, sem infraestrutura, sem economia e repleta de casas de palhas. De tal modo, para garantir o sucesso do Estado Novo, dá-se início ao que Nascimento (2012) caracteriza como “limpeza do espaço urbano”, o que teria como objetivo afastar as casas de palhas da zona central da cidade.

O processo de “higienização” da cidade deu-se junto com a modernização da força policial. A retirada da população pobre da zona urbana era realizada de forma autoritária e, na mesma época, tornou-se comum incêndios em casas de palha da capital.

Observa-se que a não existência de suportes de grande circulação que pudessem divulgar instantaneamente as informações sobre os incêndios era benéfico ao Governo, uma vez que fazia com que menos pessoas tivessem acesso ao que estava acontecendo e diminuía a possibilidade de críticas e revoltas ao Governo, visto que os desabrigados não poderiam exigir apoio para obter novas moradias, utilizando os veículos de comunicação. (OLIVEIRA, 2013, p.20)

Mesmo com o crescimento da radiodifusão no país, é a partir desse processo que se observa o início do cerceamento das comunicações no Brasil, quando Vargas aplica a censura prévia. Para isso, criou-se no Estado Novo o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, em 1939, que passa a controlar os meios de comunicação de forma oficial. Além disso, Görge (2008, p. 3;4) destaca que “neste período, passa a prosperar também uma outra prática informal da época. Os grupos de comunicação são aquinhoados com publicidade oficial conforme seu apoio ou oposição ao governante.”

3 DIP E O DEIP

A propaganda ideológica do Estado Novo e o controle da informação já existiam mesmo antes do estabelecimento do Estado Nacional, em 1937. Logo após o golpe de 30, foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), órgão que fornecia informações oficiais à imprensa. Sem muito sucesso, em 1934 criou-se o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPCD) que, de acordo com Barbosa (*apud* OLIVEIRA, 2013, p.20), era ligado ao Ministério da Justiça, e tinha como objetivo disseminar ideais do regime político. Além disso, funcionou de julho de 1934 até 1939, quando tornou-se Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) nas mãos de Lourival Fontes.

O DIP controlava o conteúdo da imprensa, assim como de livros, filmes, teatro, músicas, para conseguir transmitir a ideologia do regime de Vargas. Havia uma uniformização dos noticiários, ramificados, também, nos departamentos estaduais. (BORGES, 2002, p. 59). De acordo com o Decreto-Lei de nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, observa-se que o DIP tinha uma autonomia, pois conseguia agir de forma forte e abrangente devido a sua estrutura. Assim, nota-se que, estruturalmente, o Departamento de Imprensa e Propaganda era organizado em seis divisões, sendo elas: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de

Imprensa e Serviços Auxiliares.

Nascimento (2002, p. 45) assegura que o DIP era encarregado de construir e divulgar a imagem do Estado Novo, especialmente a do presidente Vargas. Porém, o DIP foi responsável pela censura aplicada aos meios de comunicação e pela coordenação dos noticiários e da divulgação da publicidade política.

No processo de modernização do Estado brasileiro, o rádio foi um instrumento poderoso na divulgação do ideário estadonovista, e Getúlio Vargas soube como empregá-lo na construção do mito do “pai dos pobres”. A técnica da propaganda explora exaustivamente um dado clima de religiosidade constitutivo das relações entre o chefe e comandados, que se consubstancia principalmente no culto de veneração à pátria. (NASCIMENTO, 2003, p.2)

O DIP dispunha do auxílio da Divisão de Imprensa (DI) através do Conselho Nacional de Imprensa (CNI), que tinha como finalidade obter mais êxito na fiscalização de jornais rádios. O CNI era o responsável pelo abastecimento de papel e de outras matérias-primas para a indústria editorial, assim como “o registro e classificação dos periódicos de acordo com suas características, periodicidade e gênero. Publicações que divulgassem qualquer conteúdo contrário ao regime sofriam punições, que poderiam chegar ao cancelamento de seus registros” (BORGES, 2002, p.61)

Sobre tal fato, muitos veículos de comunicação que criticavam o governo de Getúlio acabaram se silenciando, pois temiam retaliações e, conseqüentemente, mudaram sua linha editorial e passaram a ser a favor da ditadura de Vargas (SODRÉ *apud* OLIVEIRA, p. 21).

As ações do DIP permaneceram firmes durante os anos do Estado Novo, tanto que Oliveira (2013) observa que havia uma tentativa do governo, por meio desse departamento, de silenciar a imprensa, já que muitos jornais e revistas não conseguiram aval de funcionamento. E aqueles que tentaram tecer críticas ao regime de Vargas, tiveram a licença caçada.

A censura prévia sobre assuntos que contestavam o regime era comum. Jean-Jacques Becker (1996 *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 3) analisa que os meios de comunicação perdem a capacidade de servir como fonte quando é censurada, e quando se encontra nas mãos do poder, essa característica é perdida.

Segundo Celso Pinheiro Filho (1972), como boa parte dos veículos de comunicação sobreviviam com a publicidade oficial, tinham que seguir o que o DIP ordenava. Caso alguma notícia saísse sem autorização do Departamento, o financiamento era cortado. Por

causa disso, os assuntos que não eram veiculados na imprensa eram feitos verbalmente, para não deixar vestígios. (PINHEIRO, FILHO, 1972, p. 200)

Em 1940, o DIP executou uma intervenção no Jornal O Estado de São Paulo, onde no início da Era Vargas fazia oposição ao regime. O jornal foi destituindo sua direção e assumindo seu controle, com a determinação de usá-lo como instrumento de propaganda. Essa intervenção perdurou até o fim do Estado Novo.

Oliveira (2013, p. 22-23) indica que,

para permanecerem funcionando, veículos como O Estado de São Paulo, A Noite, O Dia e os Diários Associados de Chateaubriand se curvaram às exigências do Estado Novo, veiculando a propaganda oficial e evitando a divulgação de temas que pudessem afetar o pleno funcionamento do regime.

Goulart (*apud* BORGES, 2006, p. 61) afirma que, “em setembro de 1940, o decreto-lei nº 2.557 dispôs sobre o exercício das funções do DIP nos estados e criou os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda”, os DEIP. No caso do Piauí, segundo Oliveira (2013, p24), o DEIP só foi criado no estado em 1941 e era “encarregado de gerir os serviços estaduais que se referiam à imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo”.

João Soares da Silva, Bonifácio de Carvalho Abreu, Artur Passos e Robert Wall de Carvalho, ficaram a frente da direção do departamento estadual, que também contou com a atuação polícia militar no comando do coronel Evilásio Vilanova, no qual foi aliado na repressão dos meios de comunicação que não seguiam as ordens do regime.

Os jornais limitavam-se aos objetivos do Estado Novo, na criação de uma identidade nacional, assim registro de eventos cívicos, fatos políticos de interesse do governo ou anúncios publicitários, eram as principais notícias veiculadas na imprensa. As atividades jornalísticas seguiam aquilo que era imposto pelo DEIP, ninguém ousava ir contra a ditadura de Vargas.

Pinheiro Filho (1972) assegura que poucos jornais circulavam no Piauí, assim como no Brasil, e devido à redução de produção de papel e o controle da cota pelos DEIP, não houve o surgimento de novos jornais. Havia um monopólio de importação do papel realizado pelo Estado, no qual impossibilitava o aparecimento de novos jornais e a sobrevivência de outros. (NASCIMENTO, 2002, p. 49)

Para Oliveira (2013),

tal fato impedia a população de ter acesso a notícias com critérios de noticiabilidade diferentes e da oportunidade de observar outras linhas editoriais. Nota-se que a pouca existência desses periódicos pode ser considerada como um fator favorável para que o DEIP tivesse menos

material para analisar, o que, teoricamente, resultaria num trabalho mais preciso por parte do órgão. (OLIVEIRA, 2013, p. 26)

Alguns periódicos circularam neste período, como o Jornal do IAPC (1938); Revista da Associação Piauiense de Medicina, órgão da sociedade do mesmo nome (1939); A Voz do Estudante, órgão do Grêmio Literário Da Costa e Silva, do Colégio Leão XIII (1943); Zodíaco, órgão do Grêmio Cultural Lima Rebêlo (1943); Língua de Sogra, produzido por A. Tito Filho com a colaboração de Petrarca Sá e Tibério Nunes (1943); Geração (1945). (RODRIGUES, 2010, s/n). Porém boa parte desses jornais eram destinados a um grupo especializado e não eram de interesse do DEIP.

4 O MOMENTO E O ESTADO NOVO

A análise do jornal *O Momento* se deu de forma qualitativa, identificando as matérias que eram veiculadas na época, referente ao governo de Vargas e as intervenções do DIP e DEIP no jornal. *O Momento* foi localizado nos meses de setembro, outubro e novembro, do ano de 1937.

O Momento trata-se de um jornal político ligado ao Partido Social Democrata, que apresentava uma visão positiva do presidente Vargas. Os editores deste jornal eram Gayoso e Almendra e Pires Chaves. O primeiro foi Comandante da Polícia Militar do Piauí (1932 a 1934) durante o governo de Landri Sales (1931-1935) na condição de Major do Exército, em 1932 liderou um pelotão enviado para debelar a Revolução Constitucionalista. Imerso na vida política, foi eleito deputado estadual em 1934 até encerrar suas atividades em razão do Estado Novo em 1937.

Este foi um jornal de grande circulação e um dos poucos que sobreviveu no Estado Novo. Nas primeiras páginas analisadas, logo se percebe que o jornal tem extrema ligação com o governo da época, com assuntos relacionados à Revolução de 30 e ao Golpe de 37, a distribuição do poder nos estados, na capital da república, assim como a política trabalhista de Getúlio Vargas. A discussão feita pela imprensa gira em torno de fatos políticos, tais como: Revolução de 30 e golpe de 37, distribuição do poder nos Estados e Capital da República. E a questão social: análise da política trabalhista de Vargas. É muito frequente ainda na imprensa análise da personalidade de Vargas.

Assim como outros jornais que circulavam na época, *O Momento* carregava características do jornalismo político do início do século XX, como partidarismo e

engajamento eleitoral influenciado pelo modelo opinativo italiano e francês. O jornal era diário e tinha por volta de quatro páginas em cada edição. A primeira página era destinada a conjuntura política nacional ou regional, com matérias opinativas; a segunda e a terceira página eram destinadas a propagandas comerciais e a notícias enviadas pelo DIP, com assuntos, também, de cunho político nacional e internacional; a última página, geralmente, apresentava matérias opinativas dos jornalistas d'*O Momento*. Além disso, predominava no jornal assuntos que destacavam o potencial econômico e de desenvolvimento do estado, pois era uma estratégia da política de Vargas, que está aliada com o desenvolvimento econômico do país em inseri-lo no mercado internacional.

Observa-se que a idealização do Estado Novo começou antes mesmo de sua instauração, através da utilização da propaganda ideológica que Vargas promovia na imprensa através de notícias veiculadas pelo DIP, que encaminhava as notícias para os jornais locais. Um dos assuntos mais presente nesse jornal, encontra-se a conjuntura política internacional, que de um lado se tem os regimes totalitaristas de alguns países e outro a ascensão do comunismo. Como Getúlio Vargas flertava com ideias facistas, este jornal sempre tecia críticas ao comunismo.



Figura 1. Capa do jornal O Momento que traz um artigo retratando o comunismo em 12 de out. de 1937

Fonte Nujoc/Arquivo Público

O casamento no regime comunista foge a qualquer das disposições que exigem as legislações de demais povos. E não se admite outro systema legal dado o decoro e respeito à sociedade e, sobretudo, o amor e a segurança da família. [...]Sem quebra do pudor, não poderíamos particularizar a realidade que o mundo civilizado oferece o regime comunista, sobre o assunto, apenas alludindo ao seu systema de união

marital procuramos demonstrar que, conforme o conceito dos soviets, o casamento é simplesmente a união do homem e da mulher, sem consequência de direitos moraes ou materiais, no mais “aterrador pansexualismo freudiano” como define-o um ilustre jurista brasileiro. (O MOMENTO, 12 de out, 1937, p.01)

Para Fausto (2012 *apud* OLIVEIRA, p. 31) era notório a apreensão do Estado com o comunismo, uma vez que “a União Soviética integrasse, em primeiro plano, o grupo de países que enfrentava o eixo [...] A ação dos censores consistia em varrer das páginas dos jornais a existência da União Soviética e dos personagens a ela vinculados” (FAUSTO, 2009, s/p).



Figura 2. Nota sobre a ideologia do Estado Novo em 27 de out. 1937
Fonte Nujoc/Arquivo Público

Enganam-se todos os que imaginam o Estado de Guerra como consequência de uma situação política, ou, ainda, determinante de uma acção partidária. E esse equívoco ainda se avoluma si fôr considerado consequências do regime de exceção em que estamos vivendo, podem ser as que originariam das causas imaginárias de um Estado de Guerra político, ou partidário. Outro equívoco é o da hypothese de golpes de Estado, que sempre surge e se movimenta com vários coloridos, para animar o ambiente da politicagem. Todas as construcções da imaginação literária, neste campo, estão destinados ao desprezo, quando não ao ridículo. Não há golpes de Estado, nem haverá golpes de qualquer natureza. (O MOMENTO, 27 de outubro de 1937, p.4)

Sobre o golpe de 37, no mês de novembro de 1937, localizou-se uma análise positiva, onde o jornalista apresenta o fato do país ter mudado o regime de forma pacífica, sem derramamento de sangue, acabando as promessas do liberalismo, mostrando também uma visão positiva da receptividade da população sobre o novo regime. Ademais, reforça

críticas ao comunismo, a União Soviética, apresentando a imagem de Getúlio como salvador da nação, livrando o Brasil do 'mal do século'.



Figura 3. Artigo sobre o novo regime. Fonte Nujoc/Arquivo Público

Debaixo desta solenidade, possuídos desta alegria, devemos aqui lembrar, que o nosso Brasil neste momento, vem atravessando uma fase tenebrosa, devido à intromissão descabida de alguns maus brasileiros, que se desviando dos bons princípios de brasilidade, procuram deturpar o regime constituído, querendo implantar em nossa pátria as ideias de Moscou. Mas trabalhadores amigos, não devemos perder tempo nem ocasião para combatermos o comunismo, esta ideia exótica que na expressão mais simples da palavra, eu chamo de miséria personificada. Portanto, meus amigos, eu concito a todas as classes trabalhadoras para unidas, dentro da Ordem e do Direito, respeitarmos o regime constituído, darmos todo apoio moral e material as autoridades encarregas de zelar pela conservação do bem estar de nossa Pátria, e, sobretudo no nosso Piauí, darmos integral apoio a administração do Governador Leonidas Mello, para que, assim melhor ele possa combater algum mau elemento, que por ventura queira interromper a nossa paz e o nosso sossego de espírito com alguma ideologia extremista. [...]. (O MOMENTO, 4 nov., 1937, p.02)

Através dos artigos opinativos divulgados no jornal *O Momento*, nota-se que o golpe de Estado foi cuidadosamente articulado e implantado por Vargas e militares de sua confiança é visto aqui como um movimento do qual o povo participa contribuindo para derrotar os ideais liberais. Os artigos e notícias divulgadas tinham como objetivo justificar e legitimar o golpe de Estado.

Além disso, é perceptível que os articulistas e jornalistas desse jornal objetivavam justificar o novo regime como a única forma de salvar as instituições brasileiras e a reeducação social. Nota-se que o discurso reproduzido no jornal é uma reprodução do discurso governamental.

Quero deixar bem destacado nas minhas palavras, a ação eficiente e nobre do benemérito Chefe da Nação, o Dr. Getúlio Vargas, a quem principalmente todo brasileiro deve agradecer o progresso vertiginoso do nosso país e a conservação do regime constituído pela Constituição de 1934. (O MOMENTO, 04 de nov., 1937. pg.02)



Figura 4. Opinião de um articulista do jornal. Fonte Nujoc/Arquivo Público

Nós saberemos repelir com perseverança o abismo mascarado de felicidades que o estrangeiro nos prepara. Temos escrito com bravura a nossa história sem interferência e, se até agora timonamos o nosso país, por que perderemos levá-lo avante? Agradecemos os processos ilusórios de felicidades do regime Comunista e preferimos o sacrifício do trabalho pelo que dita o nosso povo. A nossa felicidade está no Brasil, não está na Rússia. Os golpes preparados tem sido sufocados e o brasileiro estará alerta, como um sentinela da Pátria pra frustrar todos aqueles que não tem nascido de suas próprias entranhas. Um regime cria-se: adapta-lo é contraproducente, ensina-nos a historia, sobejada de exemplos. (O MOMENTO, 14 de nov., 1937. p.02)

O processo do golpe é marcado pela reprodução e “transparência” dos apoiadores de Vargas, quando faz um recorte da articulação de Vargas com o interventor Leônidas de Castro Mello, que demonstrou apoio ao novo regime. Por isso, não perdeu o posto, e imediatamente após confirmação do golpe mandou votos de apoio ao presidente Vargas.

Os jornalistas do *Momento* reproduziam a imagem daquilo que o governo passava, a fim de não expor os problemas da sociedade, apenas os políticos. A super exaltação do Brasil, o patriotismo exagerado, é identificado em diversas notas, artigos e matérias. Tal fato pode identificar tentativas de esconder o que se passava na sociedade da época.

O Brasil não sofre dos problemas que atormentam outros países: a superpopulação, além disso, tem vasto território que a prodigalidade de recursos naturais e as condições climáticas originam as mais

privilegiadas situação. Ninguém aqui morre de fome, o teto todos tem-no, e a acessibilidade a fortuna é tão fácil, que até hoje não se manifestaram as adversidades e questões de caráter econômico. E por que submeter-nos a regimes que são soluções desesperadas para povos enfraquecidos sob o ponto de vista econômico e moral? [...] Não temos os males da época, o ambiente maravilhoso do país pinta-nos a grandeza do que somos e seremos sob o regime constituído, criado pelo nosso espírito liberal e patriótico. E pela salvação dos nossos direito sejamos brasileiros. Assim exige a Nação! (O MOMENTO, 5 de nov., 1937, pg. 1)

CONCLUSÃO

Através da análise qualitativa das matérias veiculadas no jornal *O Momento* no período pesquisado, percebeu-se a influência do governo na época sobre o jornal, visto que era um jornal vinculado ao partido de Getúlio Vargas, o PSD.

A interferência do DIP e do DEIP nesse veículo se deu através da divulgação de notas e notícias acerca daquilo que o governo queria que a população soubesse. Esse jornal era um dos mais veiculados no Piauí nesse período, assim, assuntos sobre problemas estruturais do estado ou da cidade não eram veiculados, a não serem artigos ou notícias que destacavam o Piauí como um promissor na economia do país. Em relação a temas sociais, havia destaques para matérias sobre o desenvolvimento nos âmbitos da educação e saúde no país, que de fato teve crescimento, entretanto não mostrava as necessidades reais da população. Nessa análise, constatou-se o medo da população sobre comunismo, no qual se dá boa parte devido a propaganda ideológica do governo, que utilizava o comunismo como vilão para exaltar o sistema política de Vargas.

Percebeu-se que nas matérias a presença dos ideais do Estado Novo nas matérias, como a adesão de políticos, assim como o apoio de Leônidas de Castro Mello. Além disso, o jornal apresentava um conteúdo predominantemente político, no qual servia como propaganda ideológica pelos chefes de estado e políticos da época. A existência de um jornalismo crítico e social era quase inexistente, ora outra havia reportagens que falavam sobre economia, educação, cultura, desenvolvimento, mas sempre ligado a política editorial do jornal.

O patriotismo exagerado é presente em quase todas as atuações do jornal, levando a crer em um país estável e sem problemas, a passar esta boa imagem a população. Tal estratégia utilizada pelo veículo ou pelos censores, silenciavam os problemas reais da

população, que no Piauí, em pleno desenvolvimento, havia grandes problemas sociais, como estrutural, de saneamento básico, econômico.

Assim, observa-se que este veículo contribuiu para o silenciamento de eventos que ocorreram à época, visto que o golpe de Estado não foi bem visto por todos, como pregavam alguns articulistas e jornalistas desse jornal. Acima de tudo, o *Momento* tinha como objetivo preservar a imagem do até então estadista Vargas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BORGES, Daniel Cabral. **Imagem e comunicação visual no discurso político da Era Vargas**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2008.

GÖRGE, J. **Apontamentos sobre a regulação dos sistemas e mercados de Comunicação no Brasil**. donosdamidia.com.br/artigos/texto/13. Acesso em 02/11/2013

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ªed.Campinas:UNICAMP,2003

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

MOMENTO, Teresina, 12 de outubro, 1937.

MOMENTO, Teresina, 27 de outubro, 1937.

MOMENTO, Teresina, 4 de novembro, 1937

MOMENTO, Teresina, 5 de novembro, 1937

MOMENTO, Teresina, 12 de novembro, 1937.

MOMENTO, Teresina, 14 de novembro, 1937.

MOURA, Ranielle; RÊGO.A. R. B. L. **Imprensa - perfis e contextos: Nazismo e Fascismo nas páginas da Revista O Cruzeiro**. Teresina, 2012.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **A atuação do jornal gazeta em tempos de censura (1937-1939)**. Teresina: UFPI, 2013.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa bibliográfica**. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TAVARES, Zózimo. **100 fatos do Piauí no século XX**.1 ed. Teresina: Halley,2000

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília. Unb,1998